

Recomendo, ainda, as seguintes proposições de melhoria:

- 1 - Atentar para as impropriedades verificadas nas publicações e divulgação em meio eletrônico.
- 2 - Regularizar as impropriedades de cálculo nas Despesas com Pessoal e na Receita Corrente Líquida.
- 3 - Aprimorar a sistemática de levantamento das necessidades de treinamentos dos servidores da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, contemplando as áreas com as maiores demandas da Pasta.
- 4 - Priorizar a participação de servidores em eventos contemplados no Plano Setorial de Capacitação.
- 5 - Aperfeiçoar o controle da execução das despesas com aquisições de passagens aéreas.

A respeito das recomendações e determinações, ainda não atendidas, oriundas do **Acórdão relativo ao exercício de 2010 (item 13 do meu relatório)**, reiterei seu cumprimento à Municipalidade e determino à Subsecretaria de Fiscalização e Controle a atuação de expediente próprio para acompanhamento. A sua evolução deverá ser informada trimestralmente.

É meu voto.
Plenário Paulo Planet Buarque, 25 de julho de 2012.
a) Eurípedes Sales – Conselheiro Relator.

PROCESSO TC: 72.000.716.12-50
INTERESSADA: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP
PREFEITO: GILBERTO KASSAB
ASSUNTO: BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2011
RELATOR: CONSELHEIRO EURÍPEDES SALES
DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELO CONSELHEIRO MAURÍCIO FARIA

Apresento, como Revisor, Declaração de Voto, manifestando desde logo concordância com o voto do Ilustre Relator quanto à emissão de Parecer Prévio pela aprovação das Contas do executivo de 2011. No entanto, como Relator regular da Função Saúde no exercício de 2011, trago uma abordagem complementar em relação a esta Função.

Para tanto, apresento algumas considerações acerca do conjunto da execução orçamentária, destacando alguns grandes números que situam a força das Receitas e o potencial de investimento do município em 2011, como uma referência geral para situar as contas quanto a cada uma das Funções de Governo, incluindo especificamente a Saúde.

Receitas
No Relatório Anual de Fiscalização, a Evolução das Receitas (fls. 25) apresenta o seguinte quadro:

		Em R\$ mil			
Receita	2010	2011	Dif.	%	
Receitas Correntes	25.391.365	29.027.839	3.636.474	14,3	
Receitas de Capital	2.740.603	928.307	(1.812.296)	(66,1)	
Total	28.131.968	29.956.145	1.824.178	6,5	

Fonte: Ábaco-TCM (20.03.12)
As receitas correntes aumentaram 14,3% em 2011, percentual consideravelmente maior que a inflação do período (5,0% IGP-DI, 5,8% IPC-FIPE e 6,5% IPCA).

Em outro quadro, referente à composição da Receita Orçamentária, temos (fls. 26):

Origem	Receita	2010	2011	Dif.	%
Receita Tributária	ISS	7.059.432	8.147.926	1.088.494	15,4
	IPTU	4.052.143	4.531.673	479.530	11,8
	ITBI	950.589	1.126.511	175.922	18,5
	IRRF s/ Rend. Trabalho	733.629	823.493	89.863	12,2
	Outras (1)	298.056	370.549	72.493	24,3
	Subtotal	13.093.849	15.000.152	1.906.303	14,6
Transferências	Cota-Parte do ICMS	5.340.742	5.815.902	475.160	8,9
Correntes	Cota-Parte do IPVA	1.743.336	1.863.244	119.908	6,9
	Transferências da Educação (2)	1.357.223	1.424.034	66.811	4,9
	Transferências da Saúde (3)	1.038.573	1.072.192	33.619	3,2
	Outras (1)	373.122	453.864	80.742	21,6
	Subtotal	9.852.996	10.629.237	776.241	7,9
Demais Receitas		2.444.520	3.398.450	953.930	39,0
Total das Receitas Correntes		25.391.365	29.027.839	3.636.474	14,3

- (1) Inclui deduções
- (2) Cód. Alinea 172135, 172401, 972101, 972201.
- (3) Cód. Alinea 172133, 176201

Fonte: Ábaco-TCM
Observa-se que a atual Administração Municipal manteve o traço característico de conseguir aumentar significativamente o recolhimento de tributos municipais (ISS, IPTU, ITBI), resultado de um conjunto de medidas específicas para otimizar a arrecadação, adotadas desde 2005.

Esta capacidade especial de incrementar receitas próprias sem aumento formal de impostos/taxas é uma marca administrativa das gestões pós 2004.

ANO	RECEITA	% AUMENTO RECEITA
1999	6.691	
2000	7.914	18,28
2001	8.922	12,74
2002	9.444	5,85
2003	10.921	15,64
2004	13.124	20,17
2005	15.071	14,84
2006	17.147	13,77
2007	19.095	11,36
2008	22.277	16,66
2009	23.095	3,67
2010	28.132	21,81
2011	29.956	6,48

Disponível
Quanto às despesas, destaca-se na série histórica de evolução do Disponível, nas sucessivas execuções orçamentárias a partir de 1999, a presença de Disponível em patamares bastante altos a partir de 2004, sendo que entre 2009/2011 esse valor mais que duplicou, passando de R\$ 2.082 milhões para R\$ 4.860 milhões:

ANO	DISPONÍVEL	DESPESA
1999	53	7.190
2000	64	6.618
2001	904	8.181
2002	842	9.690
2003	484	11.511
2004	359	13.244
2005	2.280	13.869
2006	3.472	16.469
2007	4.120	18.790
2008	2.666	22.621
2009	2.082	23.220
2010	3.757	26.910
2011	4.860	29.902

Considerando que o início de cada exercício traz um forte incremento de receitas, pelo recolhimento do IPTU (parcela única) e transferência do IPVA, esses níveis altos do Disponível ao final dos sucessivos exercícios indicam uma retenção de recursos que, em parte, poderiam estar sendo gastos sem riscos para a segurança fiscal do município. Isso pode ser verificado pelo quadro de Evolução das Disponibilidades (fls. 60):

Comparativo da Evolução das Disponibilidades	Em R\$				
Disponível	2007	2008	2009	2010	2011
Jan	3.852.685.129	4.397.302.933	3.132.789.652	3.384.746.689	5.020.951.914
Fev	4.480.260.786	5.084.812.154	3.990.507.923	4.069.669.158	5.979.804.868
Mar	4.600.095.013	5.077.455.908	3.971.334.490	4.082.742.984	6.366.308.689
Abr	4.616.773.470	5.044.753.157	3.765.376.525	3.940.463.173	6.527.535.522
Mai	4.608.682.527	4.753.729.152	3.788.573.914	3.567.946.793	6.306.143.206
Jun	4.820.204.229	4.367.710.508	3.271.003.003	3.488.898.680	6.024.538.269
Jul	4.784.377.341	4.326.073.969	3.067.540.433	3.610.190.412	6.191.065.476
Ago	4.851.463.114	4.335.778.779	2.877.789.060	3.697.412.599	6.086.496.289
Set	5.096.884.869	4.001.137.610	2.826.225.170	3.721.027.144	5.989.003.820
Out	4.837.432.118	3.800.786.805	2.534.271.219	3.698.437.375	6.015.513.948
Nov	4.671.722.458	3.689.083.659	2.451.661.219	3.876.708.445	5.853.980.639
Dez	4.119.724.244	2.666.097.542	2.081.944.744	3.757.142.873	4.860.446.247

Fonte: Balançetes Financeiros
Também a correlação Recursos Disponíveis x Dívida de Curto Prazo (fls. 61/RAF) mostra essa condição de entossamento de recursos, a indicar um represamento das despesas pela Administração:

Recursos disponíveis x obrigações de curto prazo - Em R\$

Passivo Financeiro	2010	2011
Disponibilidade	3.757.142.873,32	4.860.446.246,94
(-) Obrigações de Curto Prazo	2.506.467.431,09	3.170.142.903,96
Restos a Pagar	1.796.216.013,32	1.932.114.471,30
Depósitos Diversos	892.907.988,82	1.552.004.626,76
Fundo de Reserva	(294.917.112,38)	(503.452.277,94)
Créditos de contribuintes	27.154.550,51	85.650.976,70
Credores Diversos, Particulares	64.134.817,34	69.090.501,07
Credores Diversos, Públicos	20.971.173,48	34.734.606,07
(=) Excedente de disponibilidade	1.250.675.442,23	1.690.303.342,98

Fonte: Balancete Patrimonial
Aplicações Financeiras
No que diz respeito às Aplicações Financeiras, temos o quadro que segue, com os respectivos comentários da Auditoria (fls. 62):

Composição do Disponível	Em R\$			
	2010	%	2011*	%
Caixa	16.651,51	--	14.814,39	--
Bancos e Contas Especiais	108.765.737,23	2,9	111.116.814,36	2,3
Aplicações Financeiras	3.648.360.484,58	97,1	4.749.314.618,19	97,7
Saldo do Disponível	3.757.142.873,32	100,0	4.860.446.246,94	100,0

* Valores ajustados: retirado R\$ 459,9 milhões das Contas Especiais BB.7.993-6 e 7.994-4 e adicionados às Aplicações Financeiras (são valores efetivamente aplicados)

Fonte: Balancete Patrimonial
"O saldo médio mensal das aplicações em 2011 foi de R\$ 5,68 bilhões, correspondendo a um aumento de 60,4% sobre as aplicações médias de 2010, que foram de R\$ 3,54 bilhões. Os rendimentos auferidos com as aplicações financeiras em 2011 alcançaram a importância de R\$ 625,4 milhões, o que corresponde a um aumento de 76,9% sobre as receitas de aplicações em 2010 (R\$ 353,5 milhões).".

Investimentos

ANO	INVESTIMENTOS	% AUMENTO	% INVESTIMENTO/RECEITA	METRÔ	TOTAL (Inv + Metrô)	(Inv.+Metrô)/Despesa
1999	557		0,08	-	557	0,08
2000	528	(5)	0,07	-	528	0,08
2001	382	(28)	0,04	-	382	0,05
2002	825	116	0,09	-	825	0,09
2003	1.271	54	0,12	-	1.271	0,11
2004	1.569	23	0,12	-	1.569	0,12
2005	612	(61)	0,04	-	612	0,04
2006	1.561	155	0,09	-	1.561	0,09
2007	1.991	28	0,10	-	1.991	0,11
2008	2.424	22	0,11	275	2.699	0,12
2009	1.981	(18)	0,09	50	2.031	0,09
2010	2.364	19	0,08	650	3.014	0,11
2011	2.980	26	0,10	-	2.980	0,10

Fonte: Relatórios anuais e Balanços PMSP
A série histórica dos Investimentos da PMSP, a partir de 1999, mostra um índice de investimento em relação à despesa anual variando em torno do patamar de 0,10, com picos em 2003 (0,12), 2004 (0,12) e 2008 (0,11).

Para efeito comparativo, segue o mesmo quadro de Investimentos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro:

ANO	Dispo-nível	Receita	% Despesa Aumento Receita	Investi-mentos	% Investimento/Aumento Receita	% Inves-timento/Despesa	Em R\$ Milhões	
1999	871	4.661		4.438	1.035	0,22	23,3%	
2000	1.101	4.752	1,95	4.405	256	-75,27	0,05	5,8%
2001	2.422	5.403	13,70	4.430	265	3,52	0,05	6,0%
2002	2.313	6.336	17,27	6.415	640	141,51	0,10	10,0%
2003	2.169	6.991	10,34	7.226	699	9,22	0,10	9,7%
2004	2.319	7.822	11,89	7.493	724	3,58	0,09	9,7%
2005	2.693	7.811	-0,14	7.821	557	-23,07	0,07	7,1%
2006	3.460	8.703	11,42	8.332	682	22,44	0,08	8,2%
2007	3.788	9.514	9,32	9.647	872	27,86	0,09	9,0%
2008	3.743	10.955	15,15	11.151	843	-3,33	0,08	7,6%
2009	5.339	11.667	6,50	10.770	400	-52,55	0,03	3,7%
2010	5.306	15.243	30,65	14.278	1.560	290,00	0,10	10,9%
2011	5.083	17.820	16,91	18.723	3.347	114,55	0,19	17,9%

Fonte: Relatórios anuais e Balanços PMRJ
Observa-se que a PMRJ mostra um ritmo extraordinário de aumento da Receita a partir de 2006, maior ainda do que aquela da PMSP, e, em 2011, apresenta uma fortíssima elevação do Investimento, subindo para o patamar de 0,19, e ainda mantendo um Disponível também elevado ao final desse último exercício:

E, ainda, conforme dados da Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro:

"(...) os investimentos vêm crescendo a taxas próximas a 100% ao ano nos últimos 2 exercícios, como fruto de toda uma política de urbanização e reestruturação viária implementada pelo Governo Municipal, vinculada às necessidades impostas pela futura realização de dois grandes eventos esportivos de nível internacional, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016. Todo investimento realizado em 2011 está discriminado por fonte de recurso, demonstrando que a maior parte da despesa foi realizada com recursos próprios do município, cerca de 70% do total investido."

Fonte: TCMRJ
São, assim, duas linhas diferenciadas de desenvolvimento do Investimento por parte da PMSP e da PMRJ, sem que esta última revele, tampouco, comprometimento da segurança fiscal.

Esse quadro geral da correlação Receitas/Despesas oferece uma referência básica para situar a execução orçamentária de 2011, inclusive quanto à Função Saúde.

FUNÇÃO SAÚDE
Fundo Municipal da Saúde

Cabe destacar que o Fundo Municipal de Saúde, tornado obrigatório para os integrantes do SUS pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ainda não foi implementado no município de acordo com o disposto na legislação, apesar de reiterada determinação deste Tribunal e de Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado de São Paulo. Em que pese a Auditoria apontar que "no exercício de 2011 algumas medidas

estruturadoras foram tomadas" e que a "SMS está estudando, juntamente com a SEMPLA e a SF, outras mudanças que serão implantadas em 2012 para aprimorar a operacionalização do FMS", nota-se que já se passaram oito anos desde a expedição da Lei Municipal nº 13.563/03, que estabeleceu o FMS. Portanto, não há razão para o descumprimento pela Administração, em face da instituição do Fundo, já que há norma cogente, bem como tempo decorrido mais do que suficiente para sua plena implementação.

A operacionalização do Fundo Municipal da Saúde possibilita um acompanhamento sistemático das receitas/despesas na Função Saúde, favorecendo o Controle Interno, o Controle Externo e o Controle Social.

Despesas x Resultados
Os dados referentes às Despesas com a Função Saúde em 2011 apresentaram divergência. No Demonstrativo publicado pela Administração no Diário Oficial da Cidade, de 28/01/2012, consta uma Despesa Anual (valores liquidados) de R\$ 5.956.631.182,08 (fls. 219/RAF). Já na tabela Composição dos Valores da Função Saúde, e em outras, a Auditoria levantou Despesa de R\$ 5.658.739.259,77.

De qualquer forma, o Relatório Anual de Fiscalização, às fls. 253, apresenta um quadro-síntese que expõe situação na qual as despesas globais com a Função Saúde aumentaram 14,42% de 2010 para 2011, enquanto os indicadores de resultados referentes à produção de atendimentos mostram percentuais de incremento sempre inferiores àquele aumento da despesa total.

Recursos Aplicados x Resultados Apresentados Em R\$

Indicador	2010	2011	Variação %
Recursos financeiros	4.945.691.077,99	5.658.739.259,77	14,42
Consultas AMA	9.957.014	10.284.468	3,29
Consultas UBS	8.545.886	8.063.884	-5,64
Consultas Especialidades	1.617.306	1.676.843	3,68
Consultas de Urgência e Emergência	4.180.088	3.906.764	-6,54
Cirurgias	52.889	53.571	1,29
Partos	31.975	32.747	2,41
Leitos instalados	2.741	2.804	2,30
Exames de Imagem	4.351.679	4.318.818	-0,76
Exames Clínicos	31.665.430	35.244.591	11,30

Fonte: SMS/CEINFO
Evolução das Consultas Médicas
Evolução do nº de Consultas Médicas

	2007	2008	2009	2010	2011(1)	Var. %	Var. %
(11/07)							(11/07)

	2007	2008	2009	2010	2011(1)	Var. %	Var. %
AMA(2)	3.748.098	6.841.832	9.683.987	9.957.014	10.284.468	174,39	3,29
UBS	8.960.234	8.768.363	8.617.333	8.549.339	8.063.884	-10,00	-5,68
Atendi-mentos de Especialidades (AMA(2))	842.869	960.316	1.137.793	1.517.306	1.676.843	98,94	10,51
Especialidade e Ambulatório de Especialidade							